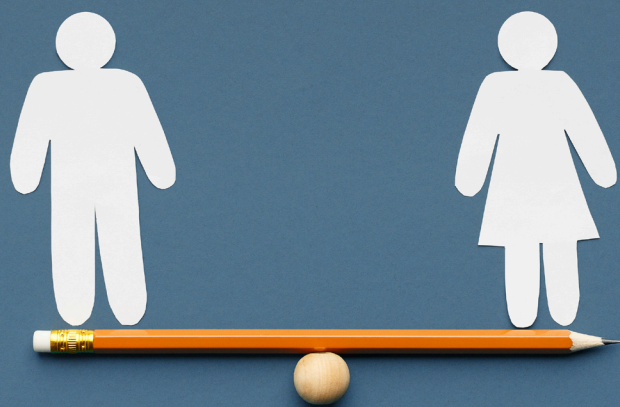


INOVAÇÃO

E GÊNERO:

Em busca de um mundo inclusivo

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2021

INOVAÇÃO

E GÊNERO:

Em busca de um mundo inclusivo

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

iStock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angéli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lillian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembí Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sullivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Inovação e gênero: em busca de um mundo inclusivo

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizadora: Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I58 Inovação e gênero: em busca de um mundo inclusivo /
Organizadora Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti. -
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-261-3
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.613211607>

1. Gênero sexual. 2. Inclusão social. I. Cavalcanti,
Vanessa Ribeiro Simon (Organizadora). II. Título.
CDD 613.96

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Produzir e difundir conhecimentos: Lentes de gênero e olhares multifacetados

Uma das muitas tarefas de mais simples execução é continuar a reunir exemplos empíricos de como a análise de gênero transformou a teoria e a prática em subcampos específicos da ciência. (SCHIEBINGER, 2001, p. 17).

Nos diversos campos de atuação – político, social, econômico e jurídico – a questão de gênero tem sido tratada e traz contribuições nas vivências e nas experiências de organizações governamentais e não-governamentais, destacadas nas agendas acadêmicas e na elaboração de políticas públicas, bem como em atividades cotidianas e de modos de produzir a vida.

Muito se registra no âmbito dos estudos de gênero, invocando e realizando mudanças metodológicas e epistemológicas significativas. Exigem rigor, apoio comunitário e social, transformações nas mentalidades e criação de espaços de fomentos. Por conseguinte, exigem concomitantemente maior destaque à inovação e à criatividade, seja de equipes ou pesquisadoras/es individualizados. Portanto, não só produzir, mas circular, difundir e educar amplamente.

O eixo temático escolhido para essa coletânea aproveita contribuições e análises interseccionais tanto para o campo da inovação social e organizacional quanto das tecnologias a partir do uso de lentes de gênero para promover relações mais igualitárias e ações inovadoras. Novas direções e novas dimensões são incorporadas no desenvolvimento técnico-acadêmico, impactando em linguagens, metodologias e estudos concretos.

Com capítulos que perfazem interdisciplinaridade e diversidade geográfica de uma país continental, “Inovação e Gênero” assinala níveis de estudos sobre participação das mulheres e de pessoas LGBTQIA+ nas ciências, em suas expressões mais variadas. Matizando e disponibilizando dados empíricos e interpretações, vertentes metodológicas múltiplas, além de elencar a relevância de estabelecer indicadores sobre relações de gênero são encontradas nos textos autorais.

Londa Schiebinger (2020) assinala que desenvolvimento e inovação podem significar impactos sociais e econômicos. Deste modo, as inovações com perspectivas de gênero, podem agregar valor à pesquisa e às ciências, garantindo fatores de excelência (Schiebinger, 2008). Ademais, de qualidade nos resultados e aprimoramento rumo à sustentabilidade, podem impactar nas dinâmicas sociais, tornando processos educativos e de promoção de igualdade de maneira a atender também às necessidades sociais.

Como exemplos de pesquisas mais recentes, essa obra traz descrições e análises sobre criação de sistema de acesso à justiça, uso de plataformas digitais promovendo candidaturas e elaboração de projetos de impactos sociais, mapeamento de contribuições dentro das Ciências Sociais e Humanas no que se refere à divisão sexual do trabalho

e possíveis impactos em categorias relações como família, organizações econômicas e produção local; condições de vida e trabalho no combate às desigualdades, valorizando associações comunitárias e experiências empreendedoras, leituras ensaísticas sobre corpos, sexualidades e liberdades.

Inovações técnico-científicas, em pleno século XXI, já ganham nomeações envolvendo mulheres e gênero. São pequenos passos, relevantes na visibilidade, nas esferas científicas e tecnológicas, mas também apontam decisões políticas e de agendas educativas que promovem e incentivem maior participação (não só a política de presença e representatividade), mas de acessibilidade integral.

Boa leitura e que possamos promover maiores impactos tecnológicos e sociais,

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti








REFERÊNCIAS





SCHIEBINGER, L. & KLINGE, I. Gendered Innovations: How Inclusive Analysis Contributes to Research and Innovation. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2020.

SCHIEBINGER, L. Mais mulheres na ciência: questões de conhecimento. Apresentação de Maria Margaret Lopes. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, supl., jun. 2008, p.269-281. Disponível em <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/LZcRqYbsQR4cxYkgfCGyjyr/?lang=pt>

SCHIEBINGER, L. O feminismo mudou a ciência? Tradução de Raul Fiker. Bauru: EDUSC, 2001.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
VIOLÊNCIAS SOBREPOSTAS NA PANDEMIA: O MACHISMO QUE MATA, AS AGENDAS E OS ENFRENTAMENTOS NO BRASIL	
Márcia Regina Ribeiro Teixeira Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116071	
CAPÍTULO 2	15
FEMINICÍDIO, VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A PANDEMIA DO COVID -19	
Natalia Battini Simões Leite	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116072	
CAPÍTULO 3	24
#MÃESNAPOLÍTICA: CANDIDATAS ÀS ELEIÇÕES DE 2018 NO BRASIL	
Renata Garcia Senlle	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116073	
CAPÍTULO 4	36
A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO A PARTIR DE LEITURAS CLÁSSICAS DO SÉCULO XIX	
Bárbara Maria de Lana Luiz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116074	
CAPÍTULO 5	45
RELATO DE EXPERIÊNCIA: DESIGUALDADE DE GÊNERO RELACIONADA AO TRABALHO	
Isabela Ovídio Ramos Saygra Batista Sousa Bruna Alves Pelizon Álvaro Augusto Trigo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116075	
CAPÍTULO 6	51
QUEM TRAZ NO CORPO ESSA MARCA POSSUI A ESTRANHA MANIA DE TER FÉ NA VIDA: RELATO DE MULHERES EMPREENDEDORAS DA CIDADE DE ITAPERUNA-RJ	
Josélia Rita da Silva Rafael Soares Salles	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116076	
CAPÍTULO 7	62
ANÁLISE CONTEMPORÂNEA SOBRE A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO A PARTIR DA DÉCADA DE 70	
Bárbara Maria de Lana Luiz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116077	

CAPÍTULO 8	71
CORPOS, SEXO E GÊNERO EM FACE DO DUALISMO NATUREZA/CULTURA	
Mariana Fernandes Oliveira Varão	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116078	
CAPÍTULO 9	82
DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA DA POPULAÇÃO LGBT E SUA (IN)APLICABILIDADE AO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO	
Fernanda Xavier de Souza	
Marcia Schlemper Wernke	
Camila Stefanos Oselame	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6132116079	
CAPÍTULO 10	94
HETERONORMATIZAÇÃO: A CLASSIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DOS INDIVÍDUOS NA SOCIEDADE	
Maria Paula Alves Faria	
Yanny Ferreira da Silveira	
Rodrigo Guilherme Tomaz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.61321160710	
CAPÍTULO 11	103
O LOCAL FRENTE AO GLOBAL DESENVOLVIMENTO DAS ECONOMIAS REGIONAIS PELAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO (ZPES)	
Rodrigo Parras	
Rodrigo Ribeiro de Paiva	
Elaine Cristina da Silva Zanesco	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.61321160711	
SOBRE A ORGANIZADORA	120
ÍNDICE REMISSIVO	121

CAPÍTULO 11

O LOCAL FRENTE AO GLOBAL DESENVOLVIMENTO DAS ECONOMIAS REGIONAIS PELAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO (ZPES)

Data de aceite: 01/07/2021

Data de submissão: 16/04/2021

Rodrigo Parras

Universidade São Francisco, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação
Itatiba – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/6355351402004851>

Rodrigo Ribeiro de Paiva

Universidade São Francisco, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação
Itatiba – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/1901605684390187>

Elaine Cristina da Silva Zanesco

Universidade São Francisco, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação
Itatiba – São Paulo
<http://lattes.cnpq.br/8409612671317146>

RESUMO: Esta revisão oferece uma análise dos principais conceitos explorados na região e literatura de desenvolvimento econômico local. Este estudo tem como objetivo geral analisar os impactos do desenvolvimento sobre as economias regionais, tendo como base o Condomínio Empresarial de Atibaia (CEA) e seu impacto no desenvolvimento local. Para desenvolvimento desta pesquisa foi realizado um estudo de caso no CEA de Atibaia – SP, com vistas a verificar sua importância no desenvolvimento econômica local, procedendo-se com uma entrevista semiestruturada com o proprietário do CEA com vista a alcançar os objetivos traçados.

Ao final do estudo foi possível verificar que o proprietário do CEA percebe a importância do empreendimento para o desenvolvimento regional de Atibaia, destacando-se que poderia ser intensificado caso fosse beneficiado com sua transformação em ZPE, tendo em vista que possibilita a produção de bens industriais de forma competitiva pela concessão de vantagens tarifárias, fator que contribuiria com aumento da geração de empregos e da movimentação da economia.

PALAVRAS - CHAVE: Desenvolvimento regional, Globalização, Sistema de inovação Descentralização.

THE LOCAL BEFORE THE GLOBAL DEVELOPMENT OF LOCAL ECONOMIES THROUGH EXPORT PROCESSING ZONES (EPZS)

ABSTRACT: This review offers an analysis of the main concepts explored in the region and in local economy development literature. This study aims to analyze the impacts of development on local economies, on the basis of the Corporate Condominium of Atibaia (CCA) and its impact on local development. To develop this research, a case study was performed on the CCA in Atibaia – Sao Paulo, in order to establish its importance in the local economy development, being proceeded through a semi-structured interview with the CCA property owner so as to achieve the established objectives. At the end of the study, it was possible to verify that the property owner of CCA understands the importance of the enterprise placed on the regional development of Atibaia, highlighting that it could be intensified in

case it benefitted by its transformation into an EPZ, since it enables the production of industrial goods competitively through the concession of tariff incentives, factor that would contribute to employment and local economy activity.

KEYWORDS: Local Development. Globalization. Decentralization innovation system.

INTRODUÇÃO

A teoria do crescimento moderno dedicou uma atenção substancial à busca dos determinantes de crescimento econômico por meio de modelos agregados. Nessas abordagens, o desenvolvimento econômico muitas vezes foi conceituado como um aumento no equilíbrio da renda per capita e do interesse de cidades ou estados.

Na maioria dos estudos sobre o tema, os pesquisadores se preocuparam com a identificação dos principais fatores econômicos que o influenciam. A partir de uma visão de desenvolvimento do fundamentalismo capitalista o modelo neoclássico de crescimento, segundo Solow (1956) foi o que dominou teorias e políticas de desenvolvimento econômico, que tem foi considerado como um processo linear que poderia ser desencadeado apenas movendo as peças econômicas certas no tabuleiro de xadrez, ao mesmo tempo em que negligencia o processo de mudança qualitativa e melhoria da economia como um complexo sistema social, institucional e histórico.

Mais tarde na década de 1980, os teóricos do crescimento argumentaram que a mudança tecnológica é o núcleo dos processos de crescimento econômico e destacou a importância do investimento no capital humano (ROMER, 1986; LUCAS, 1988; GROSSMAN; HELPMAN, 1991). No entanto, novamente, as linearidades do processo de mudança tecnológica envolvida em tais teorias negligenciam fundamentalmente a importância dos processos não-comerciais e das instituições sócio institucionais (SEN, 1994)

Por outro lado, outros fluxos de literatura, como o sistema de inovação e abordagem (FREEMAN, 1987; LUNDVALL, 1992; NELSON, 1993) e, de um modo geral, local e regional trouxe a relevância do contexto socioeconômico e características institucionais no centro da análise do crescimento econômico e desenvolvimento como processos multidimensionais.

Nesse sentido, neste estudo procura-se discutir essas abordagens informativas para fins políticos em um contexto de globalização crescente, devido ao local e incorporação das forças fundamentais que desencadeiam crescimento e desenvolvimento.

Este texto oferece uma visão geral dos principais conceitos explorados na economia regional e local. As características e processos sociais e institucionais locais são discutidos, argumentando que as condições favoráveis para o desenvolvimento são o resultado de uma combinação de regras, normas e relações sociais que encorajam e facilitam a difusão e exploração do conhecimento.

A natureza localizada dos processos de desenvolvimento e das atividades inovadoras está ligada à emergência de desigualdades espaciais em níveis de desenvolvimento. Tais

disparidades no nível geográfico parecem ser ainda mais relevantes no caso dos países em desenvolvimento e emergentes, onde apenas um conjunto limitado de locais mostra a capacidade de estimular o crescimento econômico, enquanto o resto parece estagnar ou partir ao declínio.

Além disso, trata-se da importância de uma abordagem ascendente da economia e do desenvolvimento dada a natureza localizada deste processo e a ineficácia frequente das políticas. A crescente demanda de descentralização de poderes e recursos de governos centrais para administrações regionais e locais na maior parte do mundo nas últimas décadas podem ser interpretadas como o reconhecimento de que forças e características regionais são fortemente relevante na formação de trajetórias de desenvolvimento local em um contexto de globalização crescente.

Dentro desse quadro, portanto, a descentralização representa a capacidade de regiões heterogêneas e territórios para adaptar estratégias de desenvolvimento específicas para atender às suas necessidades particulares e influenciar seus próprios destinos. Assim, a relevância dos processos de descentralização também é ligada à mudança das estratégias de desenvolvimento tradicionais e dos meios do crescente nível de poder de decisão que a descentralização atribui aos locais, autoridades e instituições.

Em outras palavras, os governos descentralizados são mais propensos a adotar estratégias de desenvolvimento regional, onde a avaliação das fortalezas e fraquezas territoriais, bem como a inclusão de agentes locais está no cerne das políticas. Assim, ao discutir o processo de descentralização, explora-se também suas desvantagens e benefícios em termos de equidade econômica e eficiência.

Partindo desse entendimento, este estudo visa responder ao seguinte questionamento: Qual o impacto trazido pelo Condomínio Empresarial de Atibaia (CEA) no desenvolvimento regional sob o ponto de vista do proprietário do Condomínio Empresarial de Atibaia CEA?

Nesse contexto, este estudo tem como objetivo geral analisar os impactos do desenvolvimento sobre as economias regionais, tendo como base o CEA e seu impacto no desenvolvimento local. E como objetivos específicos: averiguar as perspectivas regionais sobre o desenvolvimento econômico em um mundo globalizado; verificar a relação entre Zona de Processamento de Exportação (ZPE) e o desenvolvimento regional; e estudo o ponto de vista do proprietário do CEA sobre a possibilidade do CEA se tornar uma ZPE e sua importância no desenvolvimento econômico.

Para desenvolvimento desta pesquisa foi realizado um estudo de caso no CEA de Atibaia – SP, com vistas a verificar sua importância no desenvolvimento econômica local, procedendo-se com uma entrevista semiestruturada com o proprietário do CEA com vista a alcançar os objetivos traçados.

Visando o melhor entendimento desta pesquisa este estudo foi estruturado em sete seções, sendo que a primeira consiste nesta introdução que traz as diretrizes da

pesquisa. Na segunda seção estuda-se as perspectivas regionais sobre desenvolvimento econômico em um mundo global. Por sua vez, a terceira seção aborda as ZPE e sua importância no desenvolvimento regional, considerando que o cenário desta pesquisa possui significativas perspectivas de se tornar uma delas. Já na quarta seção descreve-se a metodologia utilizada nesta pesquisa. Enquanto a quinta seção traz os resultados e discussões, apresentando nesta etapa o CEA e as percepções do seu proprietário sobre sua importância no desenvolvimento regional. Por fim, a sexta seção apresenta a conclusão a que se chegou ao final desta pesquisa.

PERSPECTIVAS REGIONAIS SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM UM MUNDO GLOBAL

Ao longo das últimas três décadas, o processo de globalização trouxe mudanças importantes na paisagem econômica. Desde a década de 1980, a expansão sem precedentes nos volumes do comércio internacional e a mobilidade de capital entre países alterou drasticamente os equilíbrios pré-existentes com base no forte papel dos Estados nacionais na regulação, orientação e / ou restrição desses fluxos.

Assim sendo, a globalização gradualmente desgastou as instituições econômicas do Estado-Nação, como eram conhecidas no período pós-Segunda Guerra Mundial. Ao mesmo tempo, a globalização contribuiu para a evolução progressiva do paradigma de organização industrial de produção em massa para uma produção mais flexível e bem-sucedida dos sistemas como forma de responder à crescente pressão competitiva dos mercados internacionais. Como um resultado, a produção “padronizada” tornou-se progressivamente obsoleta em favor de um setor especializado e mais sistema de mudanças flexíveis para a demanda, o que permitiu que as empresas sobrevivessem à incerteza dos desafios.

Além dessas mudanças, a importância das empresas multinacionais (EMN) aumentou e contribuiu ainda mais para enfraquecer as fronteiras nacionais e as instituições econômicas na gestão de fluxos internacionais de bens e de capital. A crescente importância das EMN parece ser uma resposta para as mudanças determinadas pelo processo de globalização como forma de as empresas adaptarem seus sistemas industriais.

A noção de o “fim da geografia” (O’BRIEN, 1992), trouxe uma perspectiva, a globalização basicamente corroeu as diferenças entre lugares através do alcance internacional de suas forças tecnológicas e socioeconômicas.

Como tais locais parecem estar esvaziados de suas características particulares e atores locais fundamentalmente perder a capacidade de moldar os destinos regionais. Melhorias em tecnologias de comunicação e os custos de transporte reduzem a importância da distância física na localização da produção de atividades.

Conseqüentemente, o desenvolvimento econômico pode virtualmente ocorrer em todos os lugares sem qualquer papel sendo desempenhado por fatores locais espaciais. A convergência nos rendimentos entre regiões e países seria assim seja o resultado final

da globalização. Essa conceptualização tanto da natureza como da trajetória do processo de globalização está em contraste com as ideias teóricas e a evidência empírica produzida por um corpo grande (e crescente) de literatura nos campos da economia institucional e evolutiva, estudos internos de negócios e geografia econômica.

Em todas essas disciplinas, há uma crescente conscientização de que o processo de globalização está aumentando progressivamente a importância dos processos regionais e o papel dos atores na formação de trajetórias de desenvolvimento.

Desde a década de 1980, é evidente que algumas regiões (e não outras) seguiram caminhos de desenvolvimento bem-sucedidos pós-fordistas. A este respeito, Bagnasco (1977) e Piore e Sabel (1984) estão entre os primeiros estudiosos a destacar a experiência de flexibilidade especialização, confiança e relações sociais cara-a-cara na indústria da “Terceira Itália” como caso de sucesso econômico regional em uma era de expansão econômica global.

Em geral, a importância do local as especificidades aumentaram em vez de serem marginalizadas num contexto de globalização crescente e integração econômica funcional. Segundo Storper (2004 p. 41) “os processos de desenvolvimento se desenvolvem a nível local e a globalização reforça tais padrões”.

Em outras palavras, o surgimento de um “mundo regional” (Storper, 2004 p. 84) é essencialmente sustentado pelas forças localizadas espacialmente limitadas que desencadeiam a economia desenvolvimento e impulso de bem-estar para aglomerar em locais específicos dentro dos países.

Portanto, o desenvolvimento econômico decorrente da renovação industrial após a produção em massa também parece coincidir com desenvolvimento territorial (AMIN; THIRFT, 1992).

Apesar de algumas provas em favor de convergência entre países nas últimas décadas (CRAFTS, 2004; SALA-I-MARTIN, 2006), houveram disparidades nos países, as quais aumentaram em vários casos (RODRIGUEZ-POSE; GILL, 2006; BRAKMAN; VAN MARREVIJK, 2008), sugerindo que os padrões de desenvolvimento econômico são caracterizados por forte concentração espacial a nível regional e que distância a geografia sendo importantes em um mundo global.

Além disso, e talvez mais importante, essas ideias também sugerem que o crescimento econômico nacional tende a ser impulsionado pelo desempenho de um número limitado de economias locais dentro dos Estados-Nação.

Particularmente, as áreas urbanas parecem ser os loci físicos onde o crescimento econômico é mais provável. Na verdade, a maior parte da produção industrial, mão de obra qualificada e salários mais elevados tendem a aglomerar-se em cidades onde a proximidade geográfica entre agentes econômicos facilita a comunicação e cria um ambiente que favorece interações frequentes e fluxos de ideias. Isso basicamente consiste da ideia marshalliana de economias de aglomeração relacionadas à difusão do conhecimento.

A importância de tais interações que dão origem a externalidades positivas sob a forma de tecnologia ou conhecimento são particularmente cruciais para o desenvolvimento econômico, como apontaram vários estudiosos (ROMER, 1986, 1990; GROSSMAN; HELPMAN, 1991; COE; HELPMAN, 1995). Além disso, empírico, a evidência sugere que as externalidades do conhecimento fornecem explicações relevantes para a desigualdade espacial e o desempenho econômico e inovador (JAFFE, 1989; JAFFE et al., 1993; AUDRETSCH; FELDMAN, 1996).

Seguindo esta linha de raciocínio, as atividades intensivas em conhecimento tornam-se fundamentais para a economia. O desempenho, seguindo padrões distintivos de distribuição geográfica e contribuindo para gerar fontes localizadas de vantagem competitiva (RODRÍGUEZ-POSE; CRESCENZI, 2008).

Como tal, os processos cumulativos e dependentes do caminho de acumulação de conhecimento moldam a distribuição do bem-estar no espaço, sugerindo a existência de uma geografia econômica mais complexa do que o de um mundo plano.

Em outras palavras, o desenvolvimento econômico é estimulado em nível local onde as externalidades do conhecimento são geradas. De fato, enquanto o conhecimento codificado se torna amplamente disponível e acessível como resultado de melhorias nas tecnologias de comunicação, o conhecimento permanece espacialmente limitado e seu valor econômico aumentou mesmo como consequência de sua relativa escassez em relação ao conhecimento codificado (SONN; STORPER, 2008).

Da mesma forma, enquanto a globalização determinou uma queda líquida dos custos de transmissão do conhecimento codificado, economicamente um conhecimento valioso, tácito e complexo por natureza, exige cada vez maior proximidade espacial transmitida, absorvida e reutilizada com êxito (STORPER; VENABLES, 2004).

A mobilidade aumentou notavelmente nas últimas décadas: por um lado, a dispersão dos investimentos internacionais em diferentes países aumentou; por outro lado, tende a se concentrar em algumas regiões dentro destes locais onde as EMNs se tornam parte das redes de produção globais (GPN) em diferentes estágios do processo de produção (ERNST.; KIM, 2002) ou, como foi sugerido.

Além disso, as regiões envolvidas no GPN também pode beneficiar canais para difusão de conhecimento internacional e locais capacidade de construção. A criação e manutenção de vínculos externos, como a hospedagem internacional investimento, para acessar o conhecimento externo e a inovação, é reconhecido como fundamental para as economias locais como forma de complementar e enriquecer o conhecimento produzido localmente (BATHELT ET AL., 2004). Este é particularmente o caso dos países em desenvolvimento onde a maior parte da informação disponível é não produzido localmente em vez de importado de fontes exógenas e, portanto, tal conhecimento tende a desempenhar um papel primordial (PIETROBELLI; RABELLOTTI, 2009).

No entanto, o sucesso de regiões anfitriãs em capturar as vantagens da difusão

do conhecimento através de redes globais de forma crucial baseia-se em características fundamentais e estruturais que vão desde base de conhecimento local e absorptiva capacidade de infraestrutura social e institucional. A este respeito, a existência de um sistema de inovação a nível local representa um elemento crucial para a atração e exploração de conhecimento.

A abordagem do sistema de inovação aplicada aos países desenvolvidos implica que a existência de vínculos entre atores e organizações dentro de um quadro favorável de contexto institucional dá origem a dinâmicas positivas de aprendizagem, criação de novos conhecimentos e exploração. A natureza dessas dinâmicas é sistêmica no sentido de que o processo de inovação está longe de um fenômeno linear, mas, contrariamente, é o resultado de padrões complexos de interações entre uma série de componentes atuando em conjunto de acordo com normas, práticas e histórico comuns de herança.

Tal caracterização implica o fato de que o conceito de sistema de inovação não é facilmente aplicável ao contexto dos países em desenvolvimento, principalmente devido à fraqueza institucional e fragmentação de vínculos entre atores relevantes (INTARAKUMNERD et al., 2002; PADILLA-PEREZ et al., 2009). Como consequência, o escopo dos sistemas de inovação é limitado a esses países, portanto, afirmando a natureza localizada das atividades relacionadas ao conhecimento e, eventualmente, a desenvolvimento.

Conforme mencionado, em combinação com *drivers* altamente econômicos de desempenho econômico, o processo de globalização também enfatizou o impacto no desenvolvimento do alcance internacional de empresas que determinam o grau de conectividade global e competitividade internacional de suas regiões de hospedagem (MCCANN; ACS, 2009). O que emergiu desta imagem é, basicamente, que o aumento internacional a movimentação de comércio e capital afia crucialmente o caráter regional dos processos de desenvolvimento, enfatizando o papel da proximidade geográfica na formação de desempenho econômico bem-sucedido.

Claro, não é a proximidade geográfica per se que causa crescimento, mas é um fator importante que molda o comportamento de localização dos agentes econômicos, bem como a intensidade dos vínculos entre eles. Em outras palavras, a proximidade geográfica muitas vezes representa a configuração necessária para que outras forças positivas ocorram (RODRÍGUEZ-POSE; CRESCENZI, 2008) ou, da mesma forma, fornece o contexto que favorece o desenvolvimento através da ocorrência de “interdependências” não transpostas intangíveis e complexas entre as economias atores (STORPER, 1995).

Vale destacar, nesse sentido que De acordo com Escóssia (2009) é possível defini-lo como o aumento da capacidade produtiva da economia, ou seja, o crescimento econômico, associado à melhoria da qualidade de vida da população, bem como por alterações profundas na estrutura econômica. É comum serem vistas confusões entre os termos crescimento econômico e desenvolvimento econômico, todavia, se faz basal distingui-los,

considerando que o primeiro é apenas uma variável quantitativa do segundo. Furtado (1968) elucida que o desenvolvimento econômico envolve as mudanças na qualidade de vida das pessoas e das instituições. Desse modo, é possível entender que para o desenvolvimento econômico não é suficiente o aumento da renda per capita, se faz necessária a verificação de dados qualitativos, abrangendo toda a estrutura econômica e social de uma região, destacando-se nesse âmbito as Zonas de Processo de Exportação como geradoras desse desenvolvimento, conforme se verifica no tópico a seguir.

ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

As Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) se configuram como distritos industriais, onde as indústrias que nela se localizam operam com suspensão de impostos, liberdade cambial (podem manter no exterior, permanentemente, as divisas obtidas nas exportações) e procedimentos administrativos simplificados, desde que destinem 80% de sua produção ao mercado externo e 20% para o mercado interno. Pode-se dizer que se trata de um incentivo à exportação, considerando sua importância para a economia de um país.

A exportação se configura como uma atividade importante para o desenvolvimento econômico e social de um país, por esse motivo, os incentivos são concedidos pelo Governo para que as empresas aumentem a competitividade para exportar seus produtos em condições de igualdade com o restante do mundo, dentre eles estão os fiscais, reduzindo valor de tributação a ser pago pela empresa em decorrência da atividade. De acordo com Ferreira et al. (2004), os incentivos fiscais se configuram como medidas que visam beneficiar o exportador com a redução de carga tributária. Também conceituando incentivos fiscais, Vieira (2003, p. 86) explica:

O incentivo fiscal é instrumento de estímulo às exportações que permite às empresas brasileiras adquirirem, a preços internacionais e desonerados de impostos, os insumos – matérias-primas, partes peças e componentes – incorporados ou utilizados na fabricação, aperfeiçoamento ou modernização do produto a ser exportado, com o objetivo de proporcionar redução no custo final das exportações e obter melhores condições de competitividade no mercado internacional.

Assim, os incentivos fiscais de exportação visam trazer redução tributária para as empresas, fazendo com que elas atuem cada vez mais no mercado exterior, visto a importância do comércio internacional para o desenvolvimento do país. Importante mencionar que por desenvolvimento regional entende-se o desenvolvimento de determinado local proporcionado por suas atividades. De acordo com Buarque (2006) trata-se de um processo endógeno que se utiliza da capacidade, das oportunidades e potencialidades locais, impulsionando o dinamismo econômico. Assim, na opinião dos autores, o desenvolvimento

regional se dá pela própria sociedade civil e sua atividade econômica, podendo, portanto, afirmar que o comércio internacional influencia no desenvolvimento regional.

Pode-se dizer que as ZPE se configuram áreas de livre comércio exterior, de acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) (2018), são consideradas como zonas primárias para efeito de controle aduaneiro. Vale ressaltar que o controle aduaneiro é referente à entrada e à saída de mercadorias que passam pelas aduanas, que consistem em repartições públicas que fiscalizam, vigiam e controlam essas atividades. Dessa forma, se enquadram em regimes aduaneiros especiais.

No que diz respeito aos regimes aduaneiros especiais afirma-se que são importantes para melhorar as exportações das empresas brasileiras e, conseqüentemente, aumentar a arrecadação de impostos dos Estados. Tratam-se de instrumentos de arrecadação que contribuem para a otimização das exportações e melhoram a economia do país como um todo. Como bem destaca Ribeiro (2013, p. 41) sobre a importância das exportações brasileiras:

O crescimento das exportações brasileiras reveste-se de importância estratégica, tanto para as empresas quanto para o governo. Para as empresas, exportar significa melhorar a rentabilidade das operações, maior produtividade, diminuição da carga tributária, redução da dependência das vendas internas, experiência pela atuação em outros mercados, estímulo para aumentar a eficiência e a competitividade, aperfeiçoamento de recursos humanos e dos processos industriais, além de reduzir riscos. Para o governo, o aumento nas exportações contribui para a obtenção de superávit na Balança Comercial, aquecimento da economia e aumento na criação de empregos formais e geração de renda.

Dessa forma, é possível dizer que as exportações trazem benefício tanto para as empresas, que expandem suas vendas e seu mercado de atuação quanto para a sociedade, já que promove o desenvolvimento econômico e social. Portanto, se faz importante verificar o regime adotado para exportação. Dentre os regimes a serem adotados destaca-se neste estudo os regimes aduaneiros especiais que, de acordo com Meira (2002), se distinguem do regime comum em decorrência de serem compostos por incentivos fiscais no que diz respeito aos impostos sobre o comércio exterior e de controle aduaneiro.

Importante mencionar que atualmente o Brasil possui 25 (vinte e cinco) ZPE autorizadas, sendo que 19 (dezenove) delas se encontram em efetiva implantação, estando distribuídas em 17 (dezesete) unidades federativas brasileiras (MDIC, 2018). Importante mencionar de acordo com o artigo 2º da Lei n. 11.508, de 20 de julho de 2007 que para a criação de uma ZPE se faz necessário um Decreto para delimitação de sua área feito a partir de uma proposta de Estados e/ou Municípios, que deve atender a requisitos por força de lei, *in verbis*:

Art. 2º A criação de ZPE far-se-á por decreto, que delimitará sua área, à vista de proposta dos Estados ou Municípios, em conjunto ou isoladamente.

§ 1º A proposta a que se refere este artigo deverá satisfazer os seguintes

requisitos:

I - indicação de localização adequada no que diz respeito a acesso a portos e aeroportos internacionais;

II - comprovação da disponibilidade da área destinada a sediar a ZPE;

III - comprovação de disponibilidade financeira, considerando inclusive a possibilidade de aportes de recursos da iniciativa privada;

IV - comprovação de disponibilidade mínima de infraestrutura e de serviços capazes de absorver os efeitos de sua implantação;

V - indicação da forma de administração da ZPE; e

VI - atendimento de outras condições que forem estabelecidas em regulamento.

§ 2º A administradora da ZPE deverá atender às instruções dos órgãos competentes do Ministério da Fazenda quanto ao fechamento da área, ao sistema de vigilância e aos dispositivos de segurança.

§ 3º A administradora da ZPE proverá as instalações e os equipamentos necessários ao controle, à vigilância e à administração aduaneira local.

Vale ressaltar que a disponibilidade da área para sediar uma ZPE diz respeito à certidão de ônus real do imóvel, além disso destaca-se o fato da ZPE ser acessível a portos e aeroportos internacionais, destacando-se as vias de acesso a portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados e os respectivos custos de transporte (MDIC, 2017). Para criação de uma ZPE destaca-se ainda:

A proposta deve ser acompanhada de estudo de viabilidade econômica que indique, ao menos: a) características econômicas da região; b) localização em área privilegiada para exportação* c) potencial de exportação; d) provável perfil das indústrias que se pretende atrair para a ZPE; e) mercados potenciais das exportações; f) capacidade de integração da ZPE com a economia local e regional; g) quantificação dos efeitos regionais previstos pela criação da ZPE; e h) contribuição da ZPE para a redução dos desequilíbrios regionais, para o fortalecimento do balanço de pagamentos, para a promoção e difusão tecnológica e para o desenvolvimento econômico e social do País.

Dessa forma, verifica-se que a criação de uma ZPE está diretamente relacionada com a preocupação com o desenvolvimento regional. De acordo com Albuquerque e Llorens (2001) o desenvolvimento regional é constituído de diferentes dimensões: Dimensão econômica: competição no mercado e capacidade dos empresários em se organizar no mesmo; Formação de recursos humanos: adequar os conhecimentos às necessidades locais; Dimensão sociocultural: relacionada ao autodesenvolvimento das empresas locais; Dimensão político-administrativa: criação de “entornos inovadores”, ou seja, o apoio público visando parcerias público-privadas com empreendimentos; e Dimensão ambiental: relacionada à sustentabilidade local.

No que diz respeito ao comércio internacional pode-se dizer que se encontra na dimensão econômica e sociocultural do desenvolvimento regional. Como bem destaca

Porter (1999), o comércio internacional favorece o desenvolvimento regional a partir do momento em que abre maiores mercados para uma estratégia de enfoque, promovendo uma expansão global da empresa.

Assim, dentre as estratégias citadas, pode-se dizer que o desenvolvimento regional depende do incentivo às atividades locais, se as inovações e a criatividade de um povo de determinado local forem incentivadas, apoiadas, provavelmente esse setor trará grandes contribuições para o desenvolvimento regional, como é o caso do Condomínio Empresarial de Atibaia (CEA), cenário desta pesquisa.

METODOLOGIA

Para desenvolvimento desta pesquisa foi realizado um estudo de caso no CEA de Atibaia – SP, com vistas a verificar sua importância no desenvolvimento econômica local. Sobre o estudo de caso, Ponte (2006, p. 2) considera que:

É uma investigação que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspectos, procurando descobrir a que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenômeno de interesse.

Também Yin (2005) afirma que a partir do estudo de caso é possível conhecer as características do fenômeno em estudo, devendo-se considerar a escolha adequada do processo de coleta de dados e análise dos dados.

De acordo com Siena (2007), o estudo de caso também é chamado de monográfico, se dedicando a estudar fenômenos, indivíduos, grupos ou instituições, fazendo generalizações a partir de caso ou casos representativos, investigados em profundidade e com respeito à sua totalidade.

Destaca-se, com base em Siena (2007), que a natureza desta pesquisa é aplicada, tendo como critério básico as aplicações práticas, visando resolver problemas experimentados. O estudo proposto é exploratório e descritivo, com isso, permite que os dados sejam analisados explorando-se os resultados encontrados em confronto com o que afirma a literatura pertinente em relação ao assunto e que o estudo seja descrito de acordo com o que foi encontrado a partir da pesquisa.

Ressalta-se que os dados coletados foram abordados de forma qualitativa. Para Flick (2004), a pesquisa qualitativa é fundamental no momento de fazer a escolha mais adequada de métodos e teorias oportunas. Assim, os dados coletados foram qualificados a fim de atingir os objetivos traçados e responder ao problema de pesquisa.

Procedeu-se com uma entrevista semiestruturada com o proprietário do CEA. Neste trabalho, optou-se pela entrevista semi-estruturada (cf. Apêndice A), a qual possibilita ao entrevistado um espaço maior para que possa discorrer sobre suas experiências, não limitando o que ele deve responder, apenas direcionando o assunto a partir do foco

da pesquisa. Este tipo de entrevista, ao mesmo tempo em que permite ao entrevistado respostas mais livres, valoriza a atuação do pesquisador. Desse modo, os resultados são apresentados e discutidos no tópico a seguir.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta etapa são analisados e discutidos os resultados encontrados a partir das entrevistas realizadas, iniciando com a entrevista realizada com o proprietário do CEA.

CENTRO EMPRESARIAL DE ATIBAIA

O Condomínio Empresarial de Atibaia (CEA) faz parte do Brazilian Business Park (BBP), que se trata de um negócio atuante há 20 anos no mercado no desenvolvimento, incorporação e construção de condomínios industriais e logísticos, além da comercialização de espaços e administração de espaços, visando que os gestores possam se preocupar somente com o desenvolvimento de seu negócio. Ressalta-se que a BBP tem como missão criar comunidades empresariais, gerando empregos e melhorando a qualidade de vida da comunidade local.

O CEA como parte do BBP está localizado na Avenida Tegula 888, Atibaia - SP -Rodovia Dom Pedro I - km 87,5, contando com uma área de 91.355,05 m² e com 48.689,98m² de área locável.



Figura 1. Visão aérea do CEA.

Fonte: BBP (2018).

Ressalta-se que por força de Lei Municipal, as empresas que se instalarem no

município de Atibaia estarão isentas de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU) por 20 anos, além do Imposto Sobre Serviços (ISS) puder chegar a 2%. Quando a taxa da atividade é de 4% ou 5%, é aplicado um redutor sobre a alíquota de 50%.

PERCEPÇÕES SOBRE O CEA E SUA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Para iniciar a entrevista foi perguntado ao proprietário do CEA qual o motivo de criação deste condomínio, identificando-se como objetivo central a geração de emprego na região, para o proprietário:

Esse é o melhor emprego do dinheiro que qualquer grupo pode fazer. GERAÇÃO DE RIQUEZA, GERAÇÃO DE PROSPERIDADE. Com muita simplicidade, sem precisar fazer disso uma apologia diária. É simples assim e, por isso, dá certo. São muitas forças remando a favor.

É fato que um empreendimento desta dimensão traz desenvolvimento social, considerando que traz movimentação da economia a partir da geração de empregos, principalmente, para a população local.

Dando continuidade à entrevista foi perguntado ao proprietário qual era sua atual visão sobre o CEA e se, até o momento, ele vinha atendendo suas expectativas iniciais. De acordo com o proprietário o CEA passa por um momento bem especial, juntamente com a retomada da economia, o empreendimento se prepara para um salto quântico e um crescimento inusitado, tendo ultrapassado as expectativas que se tinha em todo esse período.

Sabendo-se disso, foi perguntado o que ele acreditava que poderia melhorar no CEA em relação à questão política e econômica. Para o proprietário, o Brasil tem que ter uma redução tributária de cerca de 50% (cinquenta por cento) e, por outro lado, acabar com uma legislação trabalhista anacrônica. Assim, tem-se a defesa de uma reforma trabalhista e tributária como fatores de melhoria de desenvolvimento do CEA.

Focando no desenvolvimento regional, foi perguntado ao proprietário se ele acreditava que o CEA estava sendo uma grande oportunidade de crescimento regional para Atibaia – SP. Ele prontamente respondeu que sem dúvida, Atibaia está no radar das empresas e dos “brokers” internacionais. As publicidades, os encontros com “players” do mercado e o infinito número de visitas e exposições – colocaram Atibaia na rota e empresas logísticas, industriais e de serviços. O desenvolvimento regional, de acordo com Buarque (2006), trata-se de um processo endógeno que se utiliza da capacidade, das oportunidades e potencialidades locais, impulsionando o dinamismo econômico.

Prosseguindo com a entrevista foi perguntado ao proprietário se o foco atual do CEA tem se adaptado aos valores particulares de implantação. De acordo com o proprietário:

Nosso foco é abraçar nosso usuário internamente. Hoje instalamos um cliente – executando todas as suas instalações, o que inclui sua mudança física. O

suporte suplementar, com todos os serviços faz a "nova vida" de nosso cliente ser uma tranquilidade.

Assim, conforme se verifica nas palavras do proprietário a satisfação de seus clientes é um dos principais focos do CEA, podendo justificar seu sucesso atual. Com o negócio atendendo às expectativas de retorno. Mesmo sabendo desse sucesso do CEA, perguntou-se quais mudanças o proprietário acreditava serem necessárias para o crescimento do empreendimento. Para o proprietário a importante mudança seria chegar em Atibaia/Jarinu uma ZPE.

Nesse sentido, foi perguntado ao proprietário quais suas expectativas futuras para o CEA em Atibaia, em suas palavras:

Vamos construir entre 2 e 3 milhões de metros quadrados. Vamos colocar cerca de 600 empresas. Vamos gerar 60.000 empregos diretos. Em quanto tempo? Entre 5 e 10 anos.

A partir do conhecimento dessa expectativa perguntou-se se esse pensamento se enquadraria em uma ZPE, respondendo prontamente que sim, inclusive o atual modelo já em execução.

Considerando essa expectativa pela chegada de uma ZPE à cidade de Atibaia foi perguntado quais vantagens que ele percebia para os empreendimentos. De acordo com o proprietário as ZPEs são extremamente geradoras de empregos e base de exportação de produtos por isso se mostram vantajosas. Quanto a sua vantagem para desenvolvimento econômico e social de uma região, o proprietário informou que a China tem mais de 2.000 ZPEs, a criação das mesmas, bem distribuídas por zonas extremamente povoadas, levou o país ao maior índice de desenvolvimento econômico do mundo, nas últimas décadas. Resumindo, assim, suas vantagens.

Dando continuidade à pesquisa foi perguntado se ele acreditava que uma ZPE era um modelo adequado para o Estado de São Paulo, pedindo que ele justificasse. De acordo com o proprietário:

O Estado de São Paulo é o mais populoso do país! O Estado de São Paulo tem a melhor infraestrutura rodoviária, portuária, aeroportuária, universitária e – neste momento, o maior número de desempregados do Brasil. O Estado de São Paulo é o melhor local para a instalação de ZPEs – aqui cabem entre 5 e 10 ZPEs – com instalação muito rápida.

Assim, para o proprietário o Estado necessita de mais ZPE, visto que mesmo com sua amplitude territorial e de negócios, o número de desempregados ainda é alto, fazendo-se importante sua instalação, considerando as vantagens de desenvolvimento econômico e social que podem trazer.

Perguntou-se, ainda, ao proprietário se, considerando em nível mundial, algum modelo poderia ser replicado no Brasil dentro do conceito de Zona de Processamento de Exportação (ZPE). Para o proprietário:

Os principais modelos de ZPEs do mundo e que podemos ter representados no Brasil estão na China, na Índia, no México e no Paraguai. Cerca de 70% das empresas instaladas no Paraguai nos últimos 5 anos são empresas brasileiras em ZPEs.

Salienta-se que no que diz respeito ao comércio internacional pode-se dizer que se encontra na dimensão econômica e sociocultural do desenvolvimento regional. Como bem destaca Porter (1999), o comércio internacional favorece o desenvolvimento regional a partir do momento em que abre maiores mercados para uma estratégia de enfoque, promovendo uma expansão global da empresa.

Finalizando a entrevista foi perguntado ao proprietário se havia alguma informação a ser contemplada dos assuntos apresentados por esta entrevista e que não foi abordado, sendo negado pelo proprietário, finalizando-se a entrevista.

CONCLUSÃO

Neste trabalho foi feito um estudo sobre a importância do CEA no desenvolvimento regional da cidade de Atibaia – SP, começamos por explicar a justificativa para uma abordagem regional do desenvolvimento em um contexto de crescimento. Portanto, a relevância dos locais, as características sociais e institucionais foram discutidas argumentando que se favoráveis as condições para o desenvolvimento são o resultado de um contexto altamente específico do contexto.

A combinação de regras, normas e relações sociais que incentivam e facilitam a difusão e exploração do conhecimento principalmente em uma base localizada. Dentro desse aspecto, são fornecidas algumas evidências sobre o surgimento do espaço e desigualdades ligadas à natureza localizada dos processos de desenvolvimento e atividades inovadoras. Em seguida, discutimos a abordagem do desenvolvimento econômico emergente da frequente ineficácia das políticas empregadas para estimular o desenvolvimento regional.

Finalmente, argumentamos que a crescente demanda por descentralização de poderes e recursos de governos centrais para administrações regionais e locais na maioria das vezes, nas últimas décadas pode ser interpretado como o reconhecimento das forças e características regionais são fortemente relevantes para moldar as trajetórias de desenvolvimento local em um contexto de aumento e globalização. Neste contexto, portanto, a descentralização representa a capacidade de regiões e territórios heterogêneos para adaptar estratégias de desenvolvimento para atender às suas necessidades particulares e influenciar seus próprios destinos.

Verificou-se que os regimes aduaneiros especiais como as ZPE são instrumentos importantes e contribuem para a solidificação da empresa, proporcionam a diminuição de investimentos e possibilitam a melhora tecnológica da empresa, contudo, a escolha do regime especial necessita e impõe uma compreensão administrativa sobre a empresa. Logo,

estabelecer parâmetros, metas e objetivos de exportação é fundamental nesse processo de internacionalização que considere beneficiar-se dos regimes aduaneiros especiais.

Ao final do estudo foi possível verificar que o proprietário do CEA percebe a importância do empreendimento para o desenvolvimento regional de Atibaia, destacando-se que poderia ser intensificado caso fosse beneficiado com sua transformação em ZPE, tendo em vista que possibilita a produção de bens industriais de forma competitiva pela concessão de vantagens tarifárias, fator que contribuiria com aumento da geração de empregos e da movimentação da economia.

REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE LLORENS, Francisco. **Desenvolvimento econômico local**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

AMIN, Ash; Thrift, Nigel. Neo-Marshallian nodes in global networks. In: Economy. Routledge, 2017. p. 159-175.

BRASIL. **Lei n. 11.508**, de 20 de julho de 2007. Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11508.htm Acesso em: fevereiro/2018.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BATHELT ET AL., 2004; BATHELT, Harald; MALMBERG, Anders; MASKELL, Peter. Clusters and knowledge: local buzz, global pipelines and the processo f knowledge creation. Progress in human geography, v. 28, n. 1, p. 31-56, 2004.

ERNST.; KIM, 2002; ERNTS, Dieter; KIM, Linsu. Global production networks, knowledge diffusion, and local capability formation. Research policy, v. 31, n. 8-9, p. 1471-1429, 2002.

FERREIRA, Chynthia Spirandeli; RIBEIRO, Karém Cristina de Sousa; PINHEIRO, Margareth Bárbara Senne; ROGERS, Pablo. **Utilização dos incentivos fiscais e financeiros para exportação como estratégia de competitividade**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2004.

Flick (2004); FLIK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. Trad Sandra Netz. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2004

FREEMAN, 1987; LUNDVALL, 1992; NELSON, 1993Post Script: FREEMAN, C. (1987), Technology Policy and Economic Performance, London: Pinter.

FURTADO, Celso. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. 8ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.

LUNDVALL, BENGT-AKE. Post Script: Innovation System Research Where it came from and where it might go. The Learning Economy and the Economics of Hope, v. 223, 2007

MDIC, Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Zonas de Processamento de Exportação (ZPE): Processo de criação. 2018. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/zpe/processo-de-criacao> Acesso em: fevereiro/2018.

MEIRA, Liziane Angelotti. **Regimes Aduaneiros Especiais**. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2002.

RODRÍGUEZ-POSE; CRESCENZI, 2008; RODRÍGUEZ-POSE; Andrés; CRESCENZI, Riccardo. Mountains in a flat word: why proximity still matters for the location of economic activity. Cambridge Journal of Regions, Economy and Society, v. 1, n. 3, p. 371-388, 2008.

ROMER, 1986; LUCAS, 1988; GROSSMAN; HELPMAN, 1991

SEN, A. Desigualdade reexaminada. Rio de Janeiro: Record, 1994

Siena (2007); Siena, Osmar. Metodologia da pesquisa científica: elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Porto Velho: [s.n.], 2007.

Solow ,Robert M. A contribution to the theory of economic growth. The quarterlyjournal of economicis, v. 70 , n. 1 , p. 65-94, 1956

SONN, Jung Won; STORPER, Michael. The increasing importance of geographical proximity in knowledge production: na anlysis of US patente citations, 1995- 1997. Environment and planning A, V. 40, n.5, p. 1020-1039, 2008

STORPER; VENABLES, 2004; MCCANN, 2008). STORPER, Michael; VENABLES, Anthony J. Buzz: face-to-face contact and the urban economy. Journal of economic geography, v. 4, n. 4, p. 351-370, 2004.

Vieira (2003, p. 86); VIEIRA, A. A abertura da economia brasileira e os aspectos práticos e operacionais da exportação, 2003. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

SOBRE A ORGANIZADORA

VANESSA RIBEIRO SIMON CAVALCANTI - Historiadora e professora universitária. Pós-doutorado em Direitos Humanos e Tempo Presente pela Universidade de Salamanca, Espanha (CAPES e CNPq). Doutorado em Humanidades - Universidade de León, Espanha. Na área acadêmica, é professora e pesquisadora sênior da Universidade Católica do Salvador no Doutorado e Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania. Docente permanente no Programa de Pós-Graduação Programa em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo na Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA). Fundadora e integrante do Núcleo de Estudos sobre Educação e Direitos Humanos (NEDH/UCSAL/CNPq). Investigadora associada do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras, da Universidade do Porto (Portugal), onde foi professora visitante (CAPES, 2019/2020). Membro da Associação Portuguesa de Sociologia, Associação Nacional de História (Brasil) e da Centro de Investigação em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária (CEAD/ Universidade do Algarve, Portugal). CV: <http://lattes.cnpq.br/6538283866214716>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5689-8206>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Androcentrismo 45

Ativismo digital 24, 26

B

Brasil 1, 4, 6, 8, 9, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 29, 30, 34, 45, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 59, 67, 68, 70, 79, 82, 84, 85, 86, 89, 93, 99, 111, 115, 116, 117, 118, 120

C

Candidaturas 26, 27, 28, 30

Ciberfeminismo 24, 26

Cidadania 1, 3, 89, 92, 94, 100, 120

Comportamento 11, 52, 54, 57, 59, 68, 109

Conciliação 41, 49, 62, 66, 68, 69

Constituição cidadã/Constituição Federal 16, 21, 47, 48, 94

Corpos 71, 72, 73, 74, 75, 77, 79

Covid-19 2, 3, 15, 17, 20, 22, 23, 56

Crianças 2, 5, 18, 21, 38, 69, 70, 90, 96, 100

Cultura 4, 13, 25, 26, 49, 60, 71, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 96

D

Dignidade 4, 5, 82, 83, 85, 86, 89, 90, 91, 92, 93, 94

Direitos humanos 1, 5, 6, 12, 13, 20, 21, 22, 23, 84, 85, 88, 90, 93, 120

Diversidade 2, 3, 7, 14, 74, 83, 92, 94, 102

Divisão sexual do trabalho 36, 37, 38, 40, 41, 44, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70

E

Economia 4, 44, 52, 53, 68, 95, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 115, 118, 119

Eleições 24, 25, 29, 30, 31, 33, 34

Empreendedoras 51, 52, 55, 56, 57, 58, 59

Equidade/Igualdade 5, 6, 43, 47, 48, 49, 66, 69, 84, 91, 94, 105, 110

Exportações 110, 111, 112

F

Família 4, 5, 8, 16, 20, 21, 22, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 47, 55, 64, 65, 66, 68, 69, 75, 93, 98

Feminicídio 1, 14

Feminismos 1, 14

Filhos 8, 13, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 58, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 98

G

Gênero 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 44, 45, 48, 49, 50, 52, 55, 58, 59, 62, 63, 64, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 83, 85, 86, 94, 95, 97, 101, 120

Globalização 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 117

H

Heteronormatividade 73, 78, 94

Histórias/Relatos de vida 52, 55, 57, 59, 80, 102

I

Identidades 2, 24, 26, 71, 72, 76, 77, 88

Inovação/Sistema de inovação 34, 54, 103, 104, 108, 109

Internet 14, 24, 26, 34

Interseccionalidade/Interseccional 2

L

Lei Maria da Penha 4, 8, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 22, 23

LGBTQIA+ / LGBT+ / LGBT / LLGBTQIA+ 2, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 92, 93, 94

Liberdade sexual 94

M

Maternidade/Maternidades 24, 25, 26, 27, 31, 33, 34, 37, 45, 47, 49, 62, 68, 69, 70, 71, 76, 96, 98

Mulher/Mulheres 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 84, 85, 86, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 120

N

Negócios 52, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 107, 116

Netnografia 24, 25, 26, 28, 35

P

Partidos políticos 26

Política 6, 23, 24, 26, 27, 28, 31, 33, 34, 35, 51, 77, 90, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 115, 118

Políticas públicas 1, 3, 4, 6, 7, 8, 11, 12, 14, 15, 21, 22, 49, 53, 70, 82, 83

Q

Queer 71, 72, 73, 74, 79, 80, 83

R

Redes sociais 24, 25, 27, 28, 30, 31, 34, 56

S

Salários/Remuneração 45, 47, 49, 67, 107

Sexualidade 74, 76, 79, 80, 83, 85, 95, 96

Sistema de justiça 2, 3, 8, 11, 13

Sistema prisional 82, 83, 86, 92

Subjetividades 71, 72, 75

T

Tecnologia 25, 60, 96, 108

Trabalho 3, 17, 26, 30, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 52, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 79, 82, 89, 95, 96, 113, 117

Trabalho doméstico 37, 62, 65, 66, 70

V

Violência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 80, 84, 93, 101

Violências sobrepostas 1, 2, 6, 13, 14

INOVAÇÃO

E GÊNERO:

Em busca de um mundo inclusivo



www.atenaeditora.com.br



contato@atenaeditora.com.br



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



www.facebook.com/atenaeditora.com.br

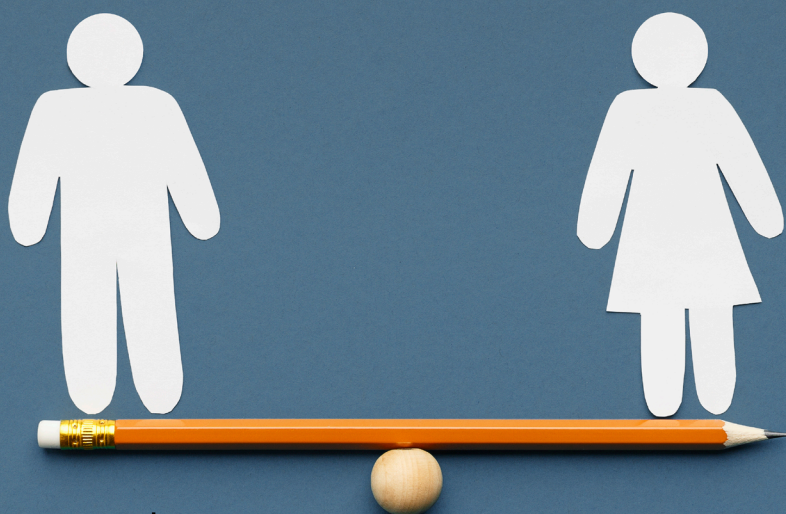
Atena
Editora

Ano 2021

INOVAÇÃO

E GÊNERO:

Em busca de um mundo inclusivo



-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021